São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Sexta - feira, 30 de outubro de 2020 | Edição N º 176

www.datamercantil.com.br

O livro “Agronegócio e a Liberdade Econômica” lança um olhar agudo sobre o setor que puxa o país

Durante o estado crítico que a pandemia deflagrou na economia em nosso país, houve um setor que conseguiu mostrar toda a sua potência e solidez: **O AGRONEGÓCIO.**

Já faz algum tempo que a expressão “motor do Brasil” vem sendo atrelado ao agronegócio, portanto já está na hora de pesquisadores, intelectuais e a imprensa se debruçarem com mais atenção na dinâmica que o setor agro se encontra inserido no Brasil.

Foi com esse intuito e interesse que o Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dr. Armando Luiz Rovai, Ex-Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo por 04 mandatos, Ex-Presidente do IPEM/SP, Ex-Secretário Nacional do Consumidor, doutor em direito pela PUC-SP e especialista em direito comercial, lançou o seu novo livro “Agronegócio e a Liberdade Econômica”, em um momento muito especial, tendo em vista que a lei de Liberdade Econômica completou seu primeiro ano de vigência no Brasil. O professor de direito comercial Armando Rovai, considerado um embaixador das discussões sobre liberdade econômica, formou um grupo de estudos na Universidade Presbiteriana Mackenzie em relação ao agronegócio e através de pautas debatidas nestas reuniões e artigos escritos por seus alunos e renomados juristas, a concepção de um livro foi ganhando corpo automaticamente.

Buscando suplantar o aspecto binário ultrapassado entre direita e esquerda, o professor acredita que a melhoria social pode e deve derivar de uma livre iniciativa e da livre concorrência, onde o empreendedorismo além de provocar a geração de empregos produzirá também tributos que reforçam a teia que dá sustentação à estrutura social.

Os artigos tratados no livro propõem um olhar agudo para a dinâmica que a liberdade econômica insere no agronegócio, aspectos jurídicos como o estatuto da terra ou os conflitos tributários do produtor rural ganham uma segurança jurídica graças à lei de liberdade econômica. O produtor rural necessita de um respaldo maior do Estado para que o seu negócio possa crescer e prosperar, pois muitas vezes esse próprio Estado desincentiva o empreendedorismo.

Algo que vem avançando no Brasil mesmo que tardiamente é a infraestrutura, elemento crucial para um setor tão produtivo como o agronegócio tenha a seu acesso um suporte logístico que dinamize toda a sua cadeia, desde a produção ao escoamento dos seus produtos.

Alguns projetos em lei tentam trazer a segurança tão necessária e buscada dentro de um ambiente de negócios, um deles é a recuperação judicial que até então não estava ao alcance do produtor rural. É preciso que exista uma previsibilidade dentro do sistema de princípios econômicos que regem o agronegócio para que o investimento feito por pessoas e empresas assim sejam garantidos.

Hoje em dia é impossível você discutir o tema agro sem colocar em pauta a questão da sustentabilidade: o desmatamento, os colossais incêndios que devastaram o Pantanal são assuntos que transcenderam o debate das fronteiras brasileiras e viraram notícias no mundo todo.

Devido ao grau de urgência e importância, um dos artigos do livro trata exatamente disso: “O meio ambiente e a atividade agrícola no Brasil”.

O campo deve encontrar uma forma de produzir e lucrar mais, tentando sempre minimizar o impacto no meio ambiente. O futuro aponta para um modelo integrado de produção, onde agricultura, pecuária e florestas possam coexistir de uma maneira sustentável dentro da propriedade.

O produtor rural tem que adquirir a perspectiva de que uma área onde o componente florestal é inserido, os benefícios são diretos e indiretos: a área perde erosão, a biodiversidade aumenta, a renovação da pastagem é mais rápida e por último a valorização de créditos de carbono que a própria floresta gera.

O consumidor hoje em dia está cada vez mais dando atenção e exigindo produtos que se encaixem dentro deste modelo sustentável, portanto as indústrias automaticamente se encarregarão de valorizar o produtor que consegue suprir as demandas que este novo mercado almeja.

Hoje o retorno econômico não pode ser a única meta do agronegócio, ele obrigatoriamente terá que vir acompanhado da ideia de preservação e bem estar da natureza..

Tiago Albuquerque

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 18:59:31

No Mundo

Covid-19 pressiona Reino Unido a seguir lockdowns de França e Alemanha

O Reino Unido resistia nesta quinta-feira (29) à pressão para impor um segundo lockdown nacional depois que França e Alemanha adotaram restrições abrangentes à vida social para conter uma disparada de infecções por coronavírus que colocou os serviços de saúde no limite.

O governo do primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, evitou até o momento um lockdown de âmbito nacional, preferindo um sistema escalonado de controles locais concebidos para endurecer as medidas em regiões afetadas e deixando outras menos limitadas.

Um novo estudo do Imperial College de Londres sublinhou a situação aflitiva enfrentada pelo Reino Unido, país com o maior número de mortes de coronavírus na Europa, mostrando que os casos da Inglaterra dobram a cada nove dias.

Steven Riley, o autor do estudo, disse que o governo deveria decidir rapidamente se quiser seguir o exemplo de França e Alemanha.

Mas o ministro da Habitação, Robert Jenrick, disse que não acha inevitável o Reino Unido

"O julgamento do governo hoje é que um lockdown nacional generalizado não é adequado, faria mais mal do que bem", disse ele à Rádio Times.

As economias europeias mergulharam na recessão mais profunda já registrada devido aos lockdowns generalizados adotados no início da crise, em março e abril, e as restrições mais recentes apagaram os sinais tímidos de recuperação vistos durante o verão.

Os mercados financeiros se reergueram em parte nesta quinta-feira depois de uma liquidação brutal no dia anterior, devido a perspectiva de uma recessão de mergulho duplo.

Os governos estão desesperados para evitar uma repetição dos lockdowns da primavera, mas foram forçados a agir devido à velocidade das infecções novas e a uma taxa de mortalidade que cresce continuamente em todo o continente. Reuters/ABR

Papa condena ataque "selvagem" a uma igreja na França

O papa Francisco condenou como "selvagem" um ataque no qual três pessoas foram mortas em uma igreja em Nice, na França, nesta quinta-feira (29), e o Vaticano afirmou que terrorismo e violência nunca foram aceitáveis.

"Informado sobre o ataque selvagem perpetrado nesta manhã em uma igreja em Nice, causando a morte de várias pessoas inocentes, Sua Santidade, o papa Francisco, se une em oração com o sofrimento das famílias e compartilha sua dor", diz mensagem enviada em nome do pontífice ao bispo de Nice.

Segundo a mensagem, o papa condena "da maneira mais enérgica esses violentos atos de terror" e pede que o povo francês permaneça unido.

Anteriormente, o porta-voz do Vaticano, Matteo Bruni, disse que o ataque "semeou a morte em um lugar de amor e consolação", uma casa de Deus.

"É um momento de dor em tempos de confusão. Terrorismo e violência nunca podem ser aceitos", afirmou Bruni. Reuters/ABR

Em reta final, Trump e Biden levam luta eleitoral à decisiva Flórida

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e seu rival democrata, Joe Biden, falarão a apoiadores nesta quinta-feira (29) no Estado-chave da Flórida, visitando a mesma cidade com horas de intervalo e explicitando suas abordagens contrastantes para a pandemia ressurgente de coronavírus.

Pesquisas de opinião mostram Biden com uma vantagem considerável nacionalmente, mas esta dianteira é menor nos Estados cruciais. Uma sondagem Reuters/Ipsos divulgada na quarta-feira apontou que Trump está em um empate virtual com Biden na Flórida -- 49% dizem que votarão em Biden e 47% no presidente.

Com seus 29 votos eleitorais, o Estado é um grande prêmio na eleição da próxima terça-feira.

Trump realizará um comício ao ar livre em Tampa. Milhares de pessoas se reuniram em comícios recentes do republicano, muitas delas sem máscaras, apesar das recomendações de saúde pública.

Em contraste, o comício que Biden realizará mais tarde em Tampa será no formato de drive-in, no qual os espectadores permanecem em seus carros. Ele tinha um evento semelhante agendado mais cedo no condado de Broward, no sul da Flórida.

A pandemia que causou uma reviravolta na vida de todo o país, matando mais de 227 mil pessoas e tirando milhões de empregos, está voltando com força nas vésperas da eleição. Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.:11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 18:59:51

Economia

Déficit mensal do governo diminui para R$ 76 bi, mas rombo chega a R$ 677 bi no ano

Ainda sob os efeitos provocados pela pandemia do coronavírus, as contas do governo federal tiveram em setembro um resultado negativo de R$ 76,2 bilhões. O déficit é menor que os resultados anteriores, mas ainda sim representa um recorde negativo para o mês.

No acumulado do ano, o resultado é o pior da série histórica para o período. O rombo chegou a R$ 677,7 bilhões de janeiro a setembro.

Os dados do governo central, que compreendem as contas de Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, foram divulgados nesta quinta-feira (29) pelo Ministério da Economia.

O mês de setembro registrou o menor déficit desde março, quando a pandemia ainda produzia seus primeiros efeitos no Brasil. Em junho, o Tesouro registrou o pior déficit mensal do ano, em R$ 196 bilhões. Em julho, o resultado negativo havia sido de R$ 88 bilhões. Em agosto, rombo de R$ 96 bilhões.

De acordo com o Tesouro, o déficit de setembro é explicado, principalmente, pelo aumento das despesas decorrentes de medidas de combate à crise da Covid-19.

Além disso, a receita total do mês de setembro de 2020 voltou a apresentar redução em termos reais, com recuo de 2% quando comparada ao mesmo mês de 2019, influenciada majoritariamente pela queda das receitas não administradas (principalmente royalties de petróleo).

No lado das despesas, a maior até o momento é a do auxílio emergencial. Somente para esse programa, que foi prorrogado com parcelas de R$ 300 até dezembro, o governo já calcula um valor de R$ 322 bilhões.

O governo registra déficit primário quando gasta mais do que arrecada. Essa conta não inclui as despesas com juros da dívida pública.

Na visão do Tesouro, a situação das contas reforça a necessidade de retomada da trajetória de consolidação fiscal através da agenda reformas com foco na redução do déficit público e no aumento da produtividade da economia.

Fábio Pupo/Folhapress

Inflação dos aluguéis desacelera, mas ainda acumula 20,93% de alta em 12 meses

O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado) registrou variação de 3,23% em outubro, chegando a um índice acumulado de 20,93% em 12 meses.

O resultado mostra uma desaceleração do aumento do índice, que havia subido 4,34% em setembro.

Conhecido como a inflação dos aluguéis, o índice poderá ser aplicado aos contratos com vencimento em novembro e que terão o primeiro pagamento com o novo valor em dezembro.

Inquilinos que estejam com os contratos prestes a vencer podem se antecipar e tentar negociação. Um aluguel que hoje custe R$ 1.000 passaria a R$ 1.209,30 se o aumento integral for repassado.

Há um ano, a inflação dos contratos de locação acumulava alta de 3,15% em 12 meses.

O salto na variação do IGP-M e o descolamento dele em relação a outros índices de preços está relacionado à variação cambial e à fórmula de cálculo, que leva em conta uma uma cesta de produtos variados.

O avanço de 3,23% em outubro, por exemplo, foi menor do que 4,34% registrados em setembro. Parte desse avanço menor deve-se ao recuo nos preços de minério de ferro, que passou de 10,81% no mês passado para uma variação negativa de 0,71%.

Esse resultado contribuiu para o recuo do IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que corresponde a 60% da composição do IGP-M, calculado pelo Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas). Em outubro, o IPA fechou em 4,15%, ante 5,92% do mês anterior.

Ainda entram conta o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção).

Fernanda Brigatti/Folhapress

Bradesco prevê encerrar o ano com redução de 1.100 agências

O Bradesco prevê encerrar o ano com redução de 1.100 agências em comparação com 2019, afirmou o presidente do banco, Octavio de Lazari, nesta quinta (29). O corte faz parte de um plano de reestruturação de despesas do banco, que para isso realizou uma provisão adicional de R$ 879 milhões.

Das 1.100 agências previstas para encerrar as atividades, 400 correspondem a espaços físicos que serão fechados, enquanto outras 700 serão incorporadas e transformadas em unidades de negócios.

Até o momento, 683 agências já foram fechadas ou incorporadas e, segundo Lazari, o movimento deve continuar no ano que vem.

"Muitas agências ainda serão transformadas em unidades de negócio, que têm um custo de 30% a 40% menor [do que as agências], por não contarem com gastos como de vigilante e carro forte, por exemplo, e que são de 20% a 30% mais eficientes, já que todos os funcionários estão dedicados a fazer negócio", afirmou Lazari.

"Apesar de termos reduzido nossas despesas nos nove meses deste ano em relação a igual período de 2019, elas ainda estão muito elevadas. Precisamos ajustar a nossa corporação para uma estrutura de gastos adequada. Vamos cortar o mato alto até o final deste ano para, em 2021, começarmos a ganhar eficiências mais específicas de custos em cada área e setor", afirmou o presidente do Bradesco.

As despesas operacionais totais do banco ficaram em R$ 11,7 bilhões no terceiro trimestre, uma redução de 5,7% em comparação a igual período de 2019. De janeiro a setembro, essas despesas totalizaram R$ 34,9 bilhões - queda de 3,9% em relação aos primeiros nove meses do ano passado.

O movimento acompanha o processo de maior digitalização e competitividade do sistema financeiro e, segundo Lazari, também deve impactar o número de funcionários.

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 19:00:58

Política

Febraban é casa de lobby e financia ministro gastador para furar teto, diz Guedes

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta-feira (29) que a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) é uma casa de lobby que financia "ministro gastador para ver se fura o teto", em um movimento que classificou como tentativa de enfraquecer seu trabalho.

A declaração foi feita em audiência pública no Congresso, enquanto o ministro comentava a possibilidade de criação de um novo tributo sobre transações financeiras, proposta criticada pelos bancos. Segundo ele, o novo imposto está morto, extinto.

"A Febraban é uma casa de lobby, muito honrada, muito justo o lobby, mas tem que estar escrito na testa 'lobby bancário', que é para todo mundo entender do que se trata. Inclusive, financiando estudos que não têm nada a ver com a atividade de defesa das transações bancárias. Financiando ministro gastador para ver se fura o teto, para ver se derruba o outro lado", disse.

Guedes não citou o nome do ministro, mas, nos bastidores, ele tem criticado Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) por, segundo ele, atuar para ampliar gastos públicos e desrespeitar a regra do teto, que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

O ministro lembrou que o debate sobre o imposto, semelhante à CPMF, já derrubou o então secretário da Receita Marcos Cintra. Segundo ele, a discussão agora está travada por questões eleitorais.

"Quem sabe eu tenha que parar de falar desse imposto mesmo? Inclusive, estamos em véspera de eleição e quero declarar o seguinte: esse imposto considera-se morto, extinto", disse.

Guedes ressaltou que, sem a criação do tributo, não será possível promover uma ampla redução de encargos trabalhistas para as empresas.

Em evento promovido em setembro pela Febraban, o presidente da entidade, Isaac Sidney, criticou a possibilidade de criação do imposto.

Bernardo Caram/Folhapress

Maia diz que Campos Neto não tem atitude de presidente de BC de país sério

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta quinta-feira (29) que a decisão de Roberto Campos Neto de vazar conversas privadas não condizia com a atitude de um presidente de Banco Central de país sério.

Maia usou uma rede social para criticar Campos Neto por expor um diálogo com o deputado em que o presidente do BC questionava sobre a tramitação de reformas econômicas.

"A atitude do presidente do Banco Central de ter vazado para a imprensa uma conversa particular que tivemos ontem [quarta] não está à altura de um presidente de Banco de um país sério", escreveu, em uma rede social.

Na quarta-feira (28), o presidente do BC ligou para Maia cobrando a votação de reformas.

O presidente da Câmara, então, respondeu que Campos Neto estava ligando para a pessoa errada, porque quem estava obstruindo as votações na Casa era a base do próprio governo. Campos Neto teria, então, divulgado o diálogo a jornalistas.

Maia já havia feito declarações contra a base do governo na terça-feira (27), antes do início de mais uma sessão deliberativa que foi encerrada por obstrução.

Na ocasião, ele criticou a estratégia adotada pelo deputado Arthur Lira (PP-AL) para tentar vencer a disputa pelo comando da CMO (Comissão Mista de Orçamento), que se tornou uma prévia da sucessão à Câmara.

Lira, que quer substituir Maia na presidência da Câmara, tenta emplacar um nome para comandar a CMO. Maia defende o acordo feito em fevereiro entre partidos para eleger o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) como presidente do colegiado.

Danielle Brant/Folhapress

Lula e Ciro se encontram e ensaiam reaproximação, mas sem tratar da eleição de 2022

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) ensaiaram uma reaproximação em encontro ocorrido em setembro, na sede do Instituto Lula, em São Paulo.

Afastados desde as eleições de 2018, quando fracassou a tentativa de acordo eleitoral para a Presidência, os dois falaram da necessidade de união da esquerda após a vitória do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), mas não chegaram a traçar planos conjuntos para as eleições de 2022.

Revelada pelo jornal O Globo, a reunião que consumiu uma tarde inteira foi confirmada pela reportagem. O encontro foi intermediado pelo governador do Ceará, Camilo Santana (PT), então preocupado com o clima entre os dois partidos no estado.

O governador petista defende um pacto de não agressão no Ceará, onde PDT e PT são adversários na disputa pela Prefeitura de Fortaleza.

Antes de consumado o encontro, Ciro costumava relatar que se dispunha a conversar a pedido de Camilo, um dos participantes do encontro.

Segundo o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, que acompanhou a negociação à distância, Ciro repetia que Camilo estava muito preocupado com o cenário político.

"O foco é o Ceará", disse Lupi, sem descartar a costura, a partir dessa conversa, de acordos pontuais entre os dois partidos no segundo turno das eleições municipais.

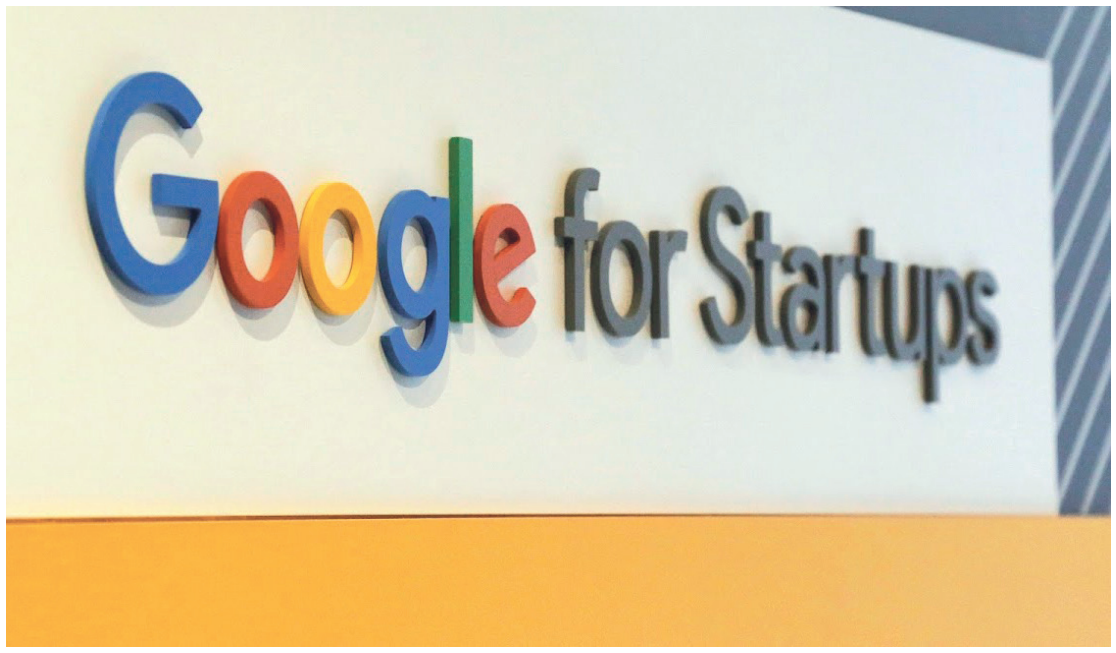
Segundo relatos, Lula e Ciro lamentaram o esgarçamento da relação entre os dois. Ciro se queixou dos ataques de parte do PT. Um dos pontos de atrito foi a articulação do PT para inviabilizar a aliança do PSB com o PDT nas eleições presidenciais de 2018.

Catia Seabra/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 19:01:25

STARTUP

Google vai acelerar startups de jornalismo de dados, gênero e segurança pública



Empreendimentos dedicados a jornalismo de dados, questões de gênero e cobertura da segurança pública no Brasil estão entre as 10 startups selecionadas pelo Google para participar de um programa de aceleração, voltado exclusivamente para veículos jornalísticos. A lista foi divulgada nesta quinta (29).

O plano era que o Google News Initiative tivesse começado no primeiro semestre, porém o projeto foi adiado devido à pandemia. Agora, ele será realizado agora de forma online.

A partir de novembro até abril do ano que vem, os veículos receberão mentoria, treinamentos e workshops sobre modelo de negócio, levantamento de fundos, marketing e produto.

Também terão um investimento inicial de US$ 20 mil e, ao término do programa, vão apresentar suas propostas para potenciais investidores.

Esta é a primeira vez que o Google abre um processo de aceleração voltado para empresas jornalísticas -um similar está ainda em fase inicial nos Estados Unidos. "É um programa 100% brasileiro na concepção, o que abre espaço para novas possibilidades dentro do Brasil", destaca Fabiana Zanni, gerente de parcerias e coordenadora do GNI Startup Lab no Brasil.

Ela explica que a iniciativa surgiu da percepção de que, embora o Google interagisse muito com veículos de imprensa, não tinha nenhum projeto focado no empreendedor. A ideia é usar conceitos já trabalhados no Google for Startups, programa de aceleração da big tech, para impulsionar as empresas, considerando também as peculiaridades do setor.

"Quando falamos de startup, falamos muito de crescimento em escala, o que não é replicável no jornalismo, mas acreditamos que podemos contribuir com alguns conceitos que já trabalhamos e são inerentes ao empreendedorismo", diz Zanni.

"Não é ensinar o jornalista a fazer jornalismo. As pessoas selecionadas já fazem melhor do que qualquer um seu trabalho, o que queremos fazer é acoplar o elemento de empreendedorismo para que elas encontrem novas formas de distribuir conteúdo, se desenvolver melhor e criar modelos de negócio inovadores."

Beatriz Montesanti/Folhapress

BC inicia fase restritra de operações pelo Pix a partir desta terça

A partir de terça-feira (3), um número limitado de clientes poderá realizar transações pelo Pix, serviço de pagamentos instantâneos, em horários determinados em fase restrita de funcionamento.

Nesta etapa, as instituições aprovadas entrarão no sistema para que sejam feitas correções de eventuais problemas.

"É normal que um sistema dessa complexidade apresente intercorrências no início, mas fizemos testes exaustivos para evitar que isso aconteça. Esse período é a migração dos testes para o ambiente real", explicou Carlos Eduardo Brandt, chefe-adjunto do departamento de competição e de estrutura do mercado financeiro do BC.

A ferramenta só será aberta a todos os usuários em 16 de novembro.

Segundo a autoridade monetária, os bancos puderam escolher os clientes que participarão da fase restrita, que vai até 15 de setembro.

Entre terça e domingo (8), os bancos poderão disponibilizar o serviço para um grupo equivalente entre 1% e 5% do total de clientes.

A partir de 9 de novembro, a instituição poderá aumentar gradualmente o número de clientes até que comece a funcionar plenamente.

No período restrito, o Pix funcionará entre 9h e 22h, exceto às quintas e sextas, quando o serviço começará a funcionar às 9h e só será interrompido às 22h de sexta.

"Incluímos essa exceção para testar na prática o funcionamento do sistema sem interrupções, como será quando começar a operar integralmente", explicou Brandt.

A partir de 9h de 16 de novembro a nova ferramenta começará a funcionar plenamente.

O registro das chaves de clientes começou em 5 de outubro e, segundo o BC, mais de 50 milhões foram cadastradas. O usuário vincula ao número do celular ou ao endereço de e-mail, por exemplo, as informações pessoais e bancárias dele.

Larissa Garcia/Folhapress

Empresa de energia busca startups para parceria em projetos digitais

Startups de todo o Brasil poderão participar, na semana que vem, de um bate-papo sobre negócios com grandes empresas. Para esta edição do LinkLab Open Day[s], a ENGIE Brasil Energia anuncia o lançamento de três desafios para as startups. O objetivo é buscar empresas inovadoras que possam ajudar a companhia no desenvolvimento de projetos digitais voltados às áreas de sustentabilidade, compras e contratações e gestão de almoxarifados.

O evento 100% online e gratuito será realizado nos dias 3, 4 e 5 de novembro. As inscrições estão abertas para startups e podem ser feitas por meio do site. "A ENGIE pretende se conectar com startups que tenham soluções ou potencial de desenvolvimento de soluções que contribuam com o nosso negócio, trazendo eficiência, introduzindo novas tecnologia ou melhorando os processos da empresa", destaca o diretor de novos negócios, estratégia e inovação, Guilherme Ferrari, em nota.

Os projetos de inovação aberta com startups são vistos pela empresa como grandes oportunidades para testar novas soluções de maneira rápida, flexível e com baixo custo. "Começamos testando em escala piloto e, se a solução for bem sucedida, existe a possibilidade de escalar a implementação na companhia. Para a startup, isso gera negócio com um grande cliente, e para a companhia, as conexões com as startups geram valor real", avalia Ferrari.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 19:02:03

Sustentabilidade

Compras de créditos de descarbonização atingem 39% da meta do ano

Os créditos de descarbonização (CBios) comprados por distribuidoras de combustíveis do Brasil atingiram até o momento 5,7 milhões de unidades, ou cerca de 39% da meta estabelecida pelo governo para este ano, informou a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), nesta segunda-feira.

A meta compulsória para as distribuidoras é de 14,5 milhões de CBios para 2020.

Segundo dados da reguladora ANP citados pela Unica –entidade que representa produtores de etanol do centro-sul, que estão entre as principais emissores de CBios–, foram emitidos até o momento 12,6 milhões de títulos para o cumprimento do programa.

Cada título equivale a uma tonelada de dióxido de carbono que deixou de ser emitida na atmosfera, o que significa que, até o momento, houve a compensação de quase 6 milhões de toneladas de CO2, conforme os dados de compra de CBios.

"A pandemia tornou ainda mais evidente a urgência de adotarmos ações concretas para reduzir emissões e evitar as mudanças climáticas. O início da operacionalização do RenovaBio este ano se fez ainda mais pertinente e possibilita que ampliemos a sustentabilidade da nossa matriz de transportes", disse o presidente da Unica, Evandro Gussi, em nota.

Até o fim do ano, o volume de CBios ofertado no mercado será capaz de atender não só as metas do RenovaBio como também pessoas físicas e jurídicas que queiram compensar emissões de GEE de suas atividades, afirmou a Unica.

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que entrou em vigor em dezembro de 2019, foi desenhada para atingir parte das metas de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) estipuladas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

O programa compara a pegada de carbono dos diferentes biocombustíveis em seu ciclo de vida (da produção à queima no veículo) para mensurar a redução de emissões proporcionada frente à alternativa fóssil e estabelece metas decenais de descarbonização, que são cumpridas com o aumento do uso de combustíveis renováveis e a comercialização de CBios.

Exame

Aos 75 anos, ONU quer mais ambição das empresas em sustentabilidade

Não há mais tempo para discursos bonitos desprovidos de ações concretas. Para a Organização das Nações Unidas, 2020 marca o início da "década da ação", em que o mundo empresarial deve aumentar suas ambições para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de metas socioambientais definido pela organização há cinco anos, cujo prazo se encerra em 2030.

A ONU completou 75 anos no domingo, 25. O relacionamento oficial com o setor produtivo, no entanto, é mais recente. O Pacto Global, organismo criado para coordenar as ações com as empresas, completou 20 anos em setembro. Em seu aniversário, o Pacto divulgou um relatório com o progresso dos ODS na última meia década. A conclusão da pesquisa é que, para atingir os objetivos, será preciso viabilizar mudanças sistêmicas na economia. O discurso, apenas, não vai levar a lugar nenhum.

Uma das conclusões do estudo é que há um abismo de diferença entre as empresas que realizam ações em prol dos ODS, medida adotada por 84% das companhias, e as que de fato integram os objetivos em suas estratégias de negócios, algo que menos da metade das companhias faz. Ao mesmo tempo, falta ambição. Apenas 39% dos pesquisados acredita que as metas adotadas por suas companhias são ambiciosas, baseadas na ciência e em demandas da sociedade.

Os ODS são usados por países e empresas para definir projetos e políticas ambientais e de sustentabilidade. Entre as principais metas, que devem ser alcançadas em 2030, estão a de acabar com a pobreza, com a fome e assegurar uma vida saudável para todos. O descompasso entre o discurso e a ação pode estar relacionado à dificuldade de se compreender a relação entre as metas estabelecidas, a maioria delas de caráter social e ambiental, e os negócios das empresas.

Exame

Quase 230.000 toneladas de plástico são jogadas por ano no Mediterrâneo (UICN)

O Mediterrâneo recebe, a cada ano, quase 230.000 toneladas de lixo plástico, um número que pode duplicar até 2040 na falta de medidas "ambiciosas" – advertiu a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) nesta terça-feira (27).

Egipto, com 74.000 toneladas ao ano, Itália (34.000 toneladas/ano) e Turquia (24.000 toneladas/ano) são os países que mais plástico vertem no Mediterrâneo, segundo um novo relatório da instituição internacional.

Em termos per capita, a lista é liderada por Montenegro (8 quilos por pessoa ao ano), Bósnia-Herzegovina e Macedônia do Norte (ambos com 3 quilos/pessoa/ano).

"Um estimado de 229.000 toneladas de plástico, o equivalente a mais de 500 contêineres, é lançado todo o ano no Mediterrâneo", afirmou a UICN em um comunicado à imprensa, acrescentando que identifica a má gestão dos resíduos como a causa de 94% dos dejetos.

Caso se mantenha a situação atual, "a descarga anual chegará a 500 mil toneladas por ano até 2040", então são necessárias "ações ambiciosas para além dos compromissos atuais" dos países para limitar o fluxo de plásticos, frisou a organização, autora da "lista vermelha" de referência sobre espécies ameaçadas no mundo.

O relatório aponta que, com uma melhor gestão de resíduos nas 100 cidades que mais contribuem para a poluição, o despejo de plástico no Mediterrâneo poderia ser reduzido em mais de 50.000 toneladas por ano.

Outra medida eficaz é a proibição de certos produtos, como sacolas plásticas, cuja supressão poderia contribuir com mais 50 mil toneladas por ano a menos desse tipo de resíduo na água.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 19:02:21

Publicidade Legal

Ruya Participações S.A.
CNPJ/ME nº 09.088.145/0001-60 – NIRE 35.300.346.114
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da **Ruya Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Teodoro Sampaio, 1139, Sala 01, São Paulo-SP, ("**Companhia**") convocados para comparecer à AGE da Companhia que será realizada, na forma exclusivamente **Digital**, ou seja, os sócios só poderão participar e votar a distância, via sistema eletrônico, em conformidade com a Instrução Normativa DREI nº 80, de 16/04/2020, a ser realizada no **dia 03/11/2020,** às 11h00, a fim de deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019; (ii) deliberar sobre a possível constituição da reserva legal, destinação dos lucros líquidos dos exercícios e a distribuição de dividendos aos acionistas, se houver. **Informações Gerais:** 1. Os acionistas participarão à distância mediante atuação remota via sistema eletrônico denominado **Microsoft Teams**, conforme informações de acesso e funcionamento detalhadas em e-mail a ser enviado aos acionistas, mediante solicitação, conforme instruções abaixo. i. Recomenda-se a instalação, com ao menos 24h de antecedência ao início da assembleia, do aplicativo gratuito, para desktop ou dispositivo móvel. ii. Para o registro da presença, o participante deverá realizar a transmissão de **áudio e vídeo**, como forma de possibilitar a identificação dos participantes. iii. A fim de evitar atrasos, recomenda-se que o acesso ao link se dê com, no mínimo, 10 minutos de antecedência ao horário de início da reunião. iv. As informações de acesso a serem enviadas são de uso exclusivo dos sócios, seus procuradores e representantes legais, intransferível e que não poderão ser divulgadas a terceiros. 2. A Companhia não poderá ser responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática, incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do acionista ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. 3. Para participar na Assembleia, os Srs. Acionistas deverão enviar, preferencialmente até 2 dias antes da data de realização da Assembleia, mas com aceitação até 30 minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos, para o e-mail: **RBF@machadoassociados.com.br**, os seguintes documentos: (i) comunicação confirmando a participação na respectiva reunião para recebimento das informações de acesso; (ii) documento hábil de identidade do acionista ou de seu(s) representante(s); e (III) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista, acompanhado de cópia do documento de identidade com foto do procurador. 4. A sociedade manterá arquivados todos os documentos relativos à reunião, incluindo a sua gravação integral. São Paulo, 26/10/2020. **Maria Helena Ribeiro Nolf** – Presidente. (28, 29 e 30/10/2020)

www.datamercantil.com.br

Interplayers – Soluções Integradas S.A.
CNPJ/MF nº 05.347.060/0001-07 – NIRE 35.300.455.339
Ata da Reunião do Conselho de Administração de 26 de agosto de 2020

Data, Hora e Local: 26/08/2020, às 9:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 1566, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Convocados por e-mail enviado em 21/08/2020, estando presentes todos os Membros Efetivos do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente – Arnaldo José Lewis e Sá Filho; Secretária – Cristiane Aparecida Ribeiro Galdino. **Deliberações da Ordem do Dia aprovadas por unanimidade de votos: (i)** o Sr. Carlos Dutra, CEO da Companhia, apresentou os resultados apurados até julho de 2020 e mencionou que a Companhia superou as metas dos principais indicadores de resultados acumuladas até Julho/2020, dentre os quais Receita Líquida, Lucro Bruto e EBITDA com atingimento de 101,3%, 108,1% e 141,1%, respectivamente. **(ii) Renúncia de Diretora:** em vista da carta de renúncia encaminhada pela Sra. Claudia Regina Dantas ao cargo de Membro da Diretoria da Companhia, resolvem aceitá-la, além de agradecer pelos serviços prestados. Os Diretores autorizam a rescisão do seu contrato de trabalho, nos termos do contrato de diretora estatutária. Referido cargo permanecerá vago até eleição a ser realizada oportunamente. **(iii) Aprovação de Co-investimento:** Aprovada a proposta de Co-investimento apresentada pela KPTL à Interplayers conforme o documento anexado à presente ata. **Documentos Arquivados:** Ficam arquivadas na sede da Companhia todos os dcumentos e apresentações mencionados pela Diretoria aos Membros do Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata que, após lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo, 26/08/2020. **Mesa:** Arnaldo José Lewis e Sá Filho – Presidente; Cristiane Aparecida Ribeiro Galdino – Secretária. **Conselheiros Efetivos:** Arnaldo José Lewis e Sá Filho; José Carlos Penteado Masagão; Paulo Sérgio Caputo. JUCESP – Registrado sob o nº 420.339/20-6 em 05/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Capgemini Brasil S.A.
CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63 – NIRE 35.300.178.815
Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2020

1. Data, Horário e Local: Em 03/07/2020, às 10 horas em Barueri, São Paulo. **2. Convocação:** Realizada via correio eletrônico pela Secretaria do Conselho de Administração, nos termos do § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Apresentaram o seu voto, participando da Reunião do Conselho de Administração, por intermédio de correio eletrônico, os(as) Srs.(as): Aruna Jayanthi (AJ); Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus (AM); Maurizio Mondani (MM). **3. Secretária do Conselho:** Roberta Cirino Augusto Cordeiro. **4. Mesa:** Presidente – **Aruna Jayanthi**; Secretária – **Roberta Cirino Augusto Cordeiro**. **5. Ata Sumária.** Elaboração e publicação desta ata em forma de sumário (com omissão de assinaturas), apresentando a pauta das deliberações ocorridas. **6. Ordem do dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Exoneração do Conselheiro Efetivo Patrick Michel Nicolet e dos suplentes, Hubert Giraud e Navin Goel; **(ii)** Recebimento para os devidos fins, em virtude da saída da Acionista Caixa Participações S.A., as Cartas de Renúncia dos Conselheiros Welber Oliveira Barral, Fernando Antonio Ribeiro Soares, Rafael Pesce e do Suplente Francisco Vergilio Codonho Netto; **(iii)** Eleição do Sr. Christophe Du Vignaux como Membro Suplente do Conselho, em substituição à Sra. Carole Ferrand (Suplente do Sr. Alain de Marcellus); **(iv)** Eleição do Sr. Jean Philippe Bol como Membro Suplente do Conselho, em substituição ao Sr. Cyril Garcia (Suplente do Sr. Maurizio Mondani) e **(v)** Ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia. **7. Deliberações:** Os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e, sem quaisquer restrições, aprovaram as seguintes deliberações: **7.1. Receber, dar Publicidade e Quitação à Saída dos Conselheiros: a) Patrick Michel Nicolet**, portador do Passaporte nº X0352951; **b) Welber Oliveira Barral**, inscrito no CPF/MF sob o nº 553.992.586-68; **c) Rafael Pesce**, portador do CPF/MF sob o nº 082.234.617-65; **d) Fernando Antônio Ribeiro Soares**, portador do RG M6029523, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.162.126-64; **e) Carole Ferrand**, portadora do Passaporte nº 15FV05012, para o cargo de suplente do Sr. **Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus**; **f) Cyril Lucien Michel Garcia**, portador do passaporte nº 14DP86035, inscrito no CPF/MF sob o nº 234.511.548-38, para o cargo de suplente do Sr. **Maurizio Mondani**; **g) Hubert Giraud**, portador do passaporte nº 17F04085, para o cargo de suplente do Sr. **Patrick Michel Nicolet**; **h) Francisco Vergilio Codonho Netto**, para o cargo de Conselheiro Suplente do Conselheiro **Rafael Pesce**. **7.1.1.** A Companhia, concede aos Conselheiros e Suplentes indicados nos itens a, b, c, d, e, f, g, h a mais plena, geral, rasa, irrevogável quitação, para todos os fins de Direito, para nada mais reclamarem entre si, seja a que título for, em juízo ou fora dele, hoje ou no futuro, declarando, ainda, expressamente, nada mais ter a reclamar, receber ou pleitear, em virtude do exercício da função para a qual foram eleitos. **7.2. Aprovar** a eleição do Sr. **Christophe Du Vignaux**, portador do Passaporte nº 17FV01285, como Membro Suplente do Conselho, em substituição à Sra. Carole Ferrand (Suplente do Sr. Maurizio Mondani). **7.3. Aprovar** a eleição do Sr. **Jean Philippe Bol**, portador do Passaporte nº 15FV11480, como Membro Suplente do Conselho, em substituição ao Sr. Cyril Garcia (Suplente do Sr. Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus). **7.4.** Em virtude das eleições descritas nos itens 7.2 e 7.3, os Conselheiros Christophe Du Vignaux e Jean Philippe Bol, declaram que fica desde já consignado para os fins de Direito e, sob as penas da lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil e, ato contínuo, tomam posse mediante termo já lavrado e arquivado na Sede da Companhia neste ato. **7.5. Ratificar a Composição do Conselho de Administraçao** em virtude, das eleições e saídas aqui indicadas: **Conselheiro(a):** Aruna Jayanthi (Presidente), **Suplente:** Anirban Bose; **Conselheiro(a):** Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus, **Suplente:** Christophe Du Vignaux; **Conselheiro(a):** Maurizio Mondani, **Suplente:** Jean Philippe Bol. **7.6.** Como Secretária do Conselho, com o recebimento da deliberação eletrônica e, em virtude da saída da Acionista Caixa Participações S.A., **Ratifico a Composição da Diretoria Estatutária** e, em decorrência do término do Mandato do Sr. **Ederson Fernandes**, portador RG nº 13030507 e do CPF/MF nº 075.364.058-98, que ocupava o cargo de **Diretor sem designação específica**, cujo mandato venceu em 23/03/2020 e não foi renovado. **7.7. Ratificar a Composição da Diretoria Estatutária** em virtude da saída aqui indicada: **(a)** Sr. **Maurizio Mondani**, portador do RNE G327720-T e do CPF/MF nº 079.875.291-25, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente**, devidamente reeleito no presente ato (12/12/2019); **(b) João Leonardo da Silva Gomes Figueira**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1705969-7 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.478.588-60, para ocupar o cargo de **Diretor Financeiro**, devidamente reeleito em 07/06/2018. **8. Encerramento e Lavratura da Ata** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata sumarizada que foi por todos aprovada via votação eletrônica. **Mesa:** Presidente – **Aruna Jayanthi**; Secretária – **Roberta Cirino Augusto Cordeiro**. **Conselheiros que apresentaram seu voto de forma eletrônica:** Srs. Aruna Jayanthi; Alain Marie Louis de Martin du Tyrac de Marcellus; Maurizio Mondani. Barueri/SP, 03/07/2020. Assinatura: **Roberta Cirino Augusto Cordeiro – Secretária.** Junta Comercial do Estado de São Paulo – Certifico o registro sob o nº 446.174/20-8 em 22/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Stalff Indústria de Artefatos de Aramados Ltda.
CNPJ/ME nº 60.789.856/0001-10
NIRE 35.208.656.765
Edital de Convocação

Sócio, Aprigio Moreira dos Santos, CPF 118.147.048-09 da Stalff Indústria de Artefatos de Aramados Ltda, a ser realizada no dia 09/11/2020, na sede Rua Visconde de Parnaíba, 2.878, São Paulo-SP, às 14 h., em 2ª chamada às 14h30, para deliberarem sobre a extinção da sociedade. 28/10/2020. ***Alfredo Antonio Cafaro Filho*** *– Sócio Administrador.* (29, 30 e 31/10/2020)

Leitesol Indústria e Comércio S/A
CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60 – NIRE 35.300.131.321
Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de setembro de 2020

Data e horário: 14/09/2020 às 11h00. **Local:** Sede Social, na Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, s/n.º – Km. 52,5 – Sala A, Bragança Paulista-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia: (a)** Alterar o artigo 3º do Estatuto Social, que dispõe sobre objeto social da sociedade; **(b)** Alterar o artigo 13º e o artigo 18º para atender as necessidades de representação da sociedade; **(c)** Consolidar as alterações realizadas desde a última atualização do estatuto. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Os acionistas aprovaram: **(a) Objeto Social da Sociedade:** A alteração do objeto social da sociedade para incluir a "industrialização de produtos alimentícios em geral e produtos alimentícios de origem animal, vegetal, in natura, congelados e enlatados em geral". Em virtude das alterações, o **Artigo 3º** do Estatuto Social ficará da seguinte forma **–** A sociedade tem por objeto: (a) a preparação do leite e a exploração da indústria e comércio, importação e exportação de laticínios em geral; (b) a industrialização, comercialização, distribuição, importação e exportação de produtos alimentícios em geral; (c) a importação e comercialização de produtos derivados de carnes; (d) industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos alimentícios de origem animal, vegetal, in natura, congelados e enlatados em geral; (e) a participação em outras sociedades, como acionistas ou quotistas; e (f) agenciamento e assistência técnica junto aos produtores; (g) prestação de serviços, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário. **(b) Artigo 13º. Caput:** A Diretoria será composta por no mínimo dois membros, sendo um Diretor Presidente com um Diretor Vice-Presidente ou um Diretor Administrativo, acionista ou não, domiciliado e residente no País, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, admitida a reeleição. **(c) Artigo 18º. caput:** A sociedade poderá ter um Conselho consultivo, a critério da assembleia geral, que poderá opinar sobre a política geral a ser adotada pela sociedade e será composto por até três membros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votos. **8) Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a tratar e como ninguém desejou fazer uso da palavra, declarou o Sr. Presidente encerrada a Assembléia, da qual lavrou-se a presente Ata, em forma de sumário que, lida e achada conforme, vai, afinal, assinada por todos os presentes à Assembléia. Certifico que a presente é cópia fiel do lavrado em livro próprio. Bragança Paulista 14/09/2020. Secretário: Alexandre Lima da Silva; Presidente: Sebastian Luis Maraggi. Mastellone Hermanos S/A Mastellone San Luis S/A Benedicto Celso Benício Jr. – OAB.SP nº 131.896. **Consolidação do Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º.** A Leitesol Indústria e Comércio S/A é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º**. A Sociedade tem sede administrativa e foro na cidade de Bragança Paulista-SP, na Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, Km 52,5, Sala A, e possui as seguintes filiais: i) Escritório Administrativo na Alameda Madeira, 222 – 10º andar – Edifício Alfacon – Alphaville – Barueri-SP; ii) Fábrica em Bragança Paulista, na Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, s/n, Km. 52,5, na cidade de Bragança Paulista, estado de São Paulo e iv) Escritório em Recife, na Rua Barão de Sousa Leão, 425 – sala 1001 – Boa viagem; **§ Único:** Por deliberação da Diretoria, poderão ser abertos ou encerrados escritórios, representações ou filiais da sociedade, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. **Artigo 3º.** A sociedade tem por objeto: **(a)** Objeto Social da Sociedade: A alteração do objeto social da sociedade para incluir a "industrialização de produtos alimentícios em geral e produtos alimentícios de origem animal, vegetal, in natura, congelados e enlatados em geral". Em virtude das alterações, o Artigo 3º do Estatuto Social ficará da seguinte forma – A sociedade tem por objeto: (a) a preparação do leite e a exploração da indústria e comércio, importação e exportação de laticínios em geral; (b) a industrialização, comercialização, distribuição, importação e exportação de produtos alimentícios em geral; (c) a importação e comercialização de produtos derivados de carnes; (d) industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos alimentícios de origem animal, vegetal, in natura, congelados e enlatados em geral; (e) a participação em outras sociedades, como acionistas ou quotistas; e (f) agenciamento e assistência técnica junto aos produtores; (g) prestação de serviços, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário. **Artigo 4º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital e das Ações: Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito é de R$ 28.484.549, dividido em R$ 28.484.549, ações ordinárias e sem valor nominal. **§ Único:** A sociedade poderá emitir certificados múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que a representam, observando o disposto nos artigos 25 e 27 da Lei 6.404/76. **Artigo 6º**. A sociedade terá o prazo de 15 dias, a contar da data do recebimento da solicitação do acionista, para operar o desdobramento ou agrupamento dos títulos múltiplos, podendo cobrar dos acionistas as despesas efetuadas com tais providências, desde que não excedam ao preço de custo do serviço para a sociedade. **§ Único**: Os títulos múltiplos ou cautelas serão assinados por dois Diretores ou por um Diretor, em conjunto com um procurador, nomeado com poderes específicos. **Artigo 7º**. A cada ação ordinária é atribuído um voto nas Assembléias Gerais, ressalvadas as restrições legais. **Capítulo III – Das Assembléias Gerais: Artigo 8º.** A Assembléia Geral dos Acionistas realizar-se-á ordinariamente, na sede social, durante os quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente em todas as oportunidades em que os interesses da sociedade assim a exigirem. **§ 1º**. A Assembléia Geral será convocada: (a) pelo Diretor Presidente ou por dois diretores; ou (b) por qualquer acionista, quando haja omissão da Diretoria, respeitadas as disposições legais pertinentes à matéria, na hipótese. **§ 2º**. A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, e, na ausência ou impedimento deste, pelo seu substituto, na forma deste Estatuto. O Presidente da mesa escolherá o Secretário. **Artigo 9º.** A Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses que se seguirem ao término do exercício social, para: (a) examinar, discutir e votar o balanço anual, as demonstrações financeiras, o Relatório Anual da Diretoria e o Parecer do Conselho Fiscal, se instalado; (b) eleger os membros da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal; (c) fixar as remunerações dos administradores; e (d) examinar, discutir e votar todos os demais assuntos de interesse social, que, por lei, incubam à Assembléia Geral Ordinária. **Artigo 10º.** Compete à Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas examinar, discutir e votar todos os assuntos de interesse social que, não sendo pertinentes à Assembléia Geral Ordinária, exijam na forma da lei ou deste Estatuto, manifestação prévia daqueles acionistas. **Artigo 11º**. Todas as decisões da Assembléia Geral dos Acionistas serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto, salvo aquelas para as quais a Lei exigir quorum especial ou qualificado. **§ Único:** Os acionistas titulares de ações ordinárias poderão ser representados, em qualquer assembléia geral, por procurador, que também seja acionista, ou administrador da companhia ou advogado e mediante mandato constituído por escrito, nas formas da representação acolhidas por lei. **Artigo 12º.** As Assembléias Gerais serão convocadas na forma da lei, por editais publicados na imprensa mencionando a ordem do dia, hora e dia e o local da reunião. **§ Único:** Será considerado regular, independente de convocação, a Assembléia Geral realizada com a totalidade dos acionistas. **Capítulo IV – Da Diretoria: Artigo 13º**. A Diretoria será composta por no mínimo dois membros, sendo um Diretor Presidente com um Diretor Vice-Presidente ou um Diretor Administrativo, acionista ou não, domiciliado e residente no País, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, admitida a reeleição. **§ 1º:** Os Diretores serão empossados mediante assinatura do termo do livro de Atas das Reuniões da Diretoria, observando o disposto no artigo 157 da lei 6.404/76. **§ 2º**. Findo o mandato da Diretoria, os seus membros permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus sucessores nos cargos. **§ 3º.** A Assembléia Geral fixará, globalmente, a remuneração dos Diretores, a qual será entre eles repartida por deliberação da própria Diretoria. **Artigo 14º.** Os Diretores terão os poderes que a lei e o presente Estatuto lhes conferem. **Artigo 15º.** A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; os papéis de giro bancário e comercial, tais como: de abertura, movimentação e encerramento de contas; emissão, endosso de cheques e ordens de pagamentos; recibos de quitação; borderôs; emissão, endosso, aval, aceite e quitação de duplicatas, triplicatas e demais títulos de crédito; correspondência em geral, inclusive com instruções sobre títulos, solicitações de talonários de cheques e saldos de contas guias de importação e exportação; cadastramento, termos de responsabilidade e, enfim, todos os atos necessários para gestão normal dos negócios da sociedade poderão ser feitos ou assinados: i) por qualquer Diretor, isoladamente, ou, (ii) por dois procuradores em conjunto, constituídos na forma do § único deste artigo. **§ Único:** Os procuradores da sociedade serão sempre nomeados para fins específicos e por prazo certo, que não deverá ser superior a 1 ano, salvo quando se tratar de poderes "ad judicia" ou para a defesa dos interesses sociais em processos administrativos. A nomeação far-se-á pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. **Artigo 16º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, por convocação de qualquer um de seus membros. **§ 1º.** As reuniões só poderão realizar-se com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, e serão presididas pelo Diretor Presidente. **§ 2º**. De cada reunião da diretoria lavrar-se-á ata em livro próprio e, nas deliberações por maioria, mencionar-se-ão nominalmente os votos vencidos. **§ 3º.** As deliberações da diretoria serão por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **§ 4º.** No caso de impedimento ou afastamento temporário, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente e esse pelo Diretor Administrativo. No caso de vaga de qualquer Diretor, a sociedade seguirá com os 2 diretores remanescentes. Em caso de qualquer impossibilidade ou impedimento, uma assembleia geral será convocada para definição. **Artigo 17º.** A validade dos atos de alienação bem como de oneração e arrendamento de bens do ativo permanente, aquisição, alienação e arrendamento de imóveis e de constituição de garantias por dívidas de terceiros depende da assinatura, em conjunto, de dois diretores, um deles necessariamente o Diretor Presidente. **§ Único:** Somente o Diretor Presidente poderá receber citações em nome da sociedade. **Capítulo V – Do Conselho Consultivo: Artigo 18º**. A sociedade poderá ter um Conselho consultivo, a critério da assembleia geral, que poderá opinar sobre a política geral a ser adotada pela sociedade e será composto por até três membros, eleitos na Assembléia Geral Ordinária. Dentre os membros do Conselho Consultivo, um será designado Presidente do Conselho. Os membros do Conselho Consultivo não precisam ser acionistas nem residentes no Brasil, e deverão ser eleitos pelo prazo de 1 ano, podendo, entretanto, serem substituídos e ou destituídos a qualquer tempo pela Assembléia Geral. **§ 1º.** O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que convocado por qualquer de seus membros ou Diretores da sociedade. **§ 2º.** As reuniões serão realizadas 10 dias após a expedição por carta, telegrama ou telex, de comunicação nesse sentido. A referida comunicação deverá especificar os assuntos a serem tratados na reunião. **§ 3º.** Para que as reuniões do Conselho Consultivo sejam válidas, é necessário que a maioria de seus membros esteja presente, ou seja, considerada presente às reuniões. Qualquer membro poderá ser representado e votar através de procuração com poderes especiais, ou por carta, telegrama ou telex e será, nesse caso, considerado presente para fins de constituição de quorum, sendo computado o seu voto. **§ 4º.** As deliberações e decisões do Conselho Consultivo serão adotadas ou aceitas por maioria de votos de seus membros e serão registradas na ARC e assinadas por todos os membros presentes. Uma cópia dessa Ata será enviada a todos os membros, dentro de 10 dias contados da data da reunião. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal: Artigo 19º.** A critério da assembleia geral, a sociedade poderá eleger um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, será composto por até 3 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residente no País, nas condições e atribuições previstas em lei. **§ 1º.** Quando instalado o Conselho Fiscal, seus membros terão a remuneração que lhes for fixada pela Assembléia Geral que os eleger, respeitando o limite geral. **§ 2º**. Todas as decisões do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, serão tomadas por voto da maioria simples de seus membros, que terá direito a atribuições conferidas em lei. **Capítulo VII – Do Exercício, das Demonstrações Financeiras, do Lucro: Artigo 20º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 21º.** No encerramento do exercício social, serão levantados o balanço e nas demonstrações financeiras em Lei, observando-se quanto à distribuição de resultado apurado, as seguintes regras: (a) do resultado do exercício serão reduzidos antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; (b) com base nos lucros remanescentes, e respeitadas as disposições legais, será calculada a participação global dos administradores que será dividida entre eles por deliberação da Diretoria, observando-se o disposto no artigo 152, § 1º da lei 6.404/76; e (c) o lucro líquido apurado será distribuído na seguinte ordem: (i) 5% na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; (ii) atribuição do dividendo aos acionistas, nunca inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da lei 6.404/76; (iii) o saldo, se houver, será, levado à conta de "Lucros Acumulados", à disposição da Assembléia Geral; (iv) É permitida, sob aprovação da assembléia, a distribuição de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/1995. **Artigo 22º.** Além do dividendo declarado à conta do lucro apurado em cada balanço anual, a Diretoria poderá, igualmente, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros no último balanço semestral, bem como determinar o levantamento de balanços trimestrais e a conseqüente distribuição de dividendos, respeitando, nessa última hipótese, o disposto no artigo 204, § 1º, da Lei 6.404/76. **Capítulo VIII – Da Liquidação: Artigo 23º**. A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembléia Geral estabelecer a forma de liquidação, bem como nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo IX – Das Disposições Gerais: Artigo 24º.** A Sociedade poderá a qualquer tempo, e por deliberação da Assembléia Geral, ser transformada em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, observadas as disposições legais atinentes à matéria. Secretário: Alexandre Lima da Silva Presidente: Sebastian Luis Maraggi Mastellone Hermanos S/A.; Mastellone San Luis S/A.; Benedicto Celso Benício Jr. – OAB.SP nº 131.896. JUCESP nº 447.169/20-8 em 23/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,7797 / R$ 5,7803 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,7630 / R$ 5,7650 *
Turismo - R$ 5.7370 / R$ 5,9100

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: 0,00%

OURO BM&F
R$ 344,49

BOLSAS
Bovespa (Ibovespa)
Variação: 1,27%
Pontos: 96.528
Volume financeiro: R$ 34,082 bilhões
Maiores altas: Cogna ON (6,82%), Rumo SA ON (4,56%), Fleury ON (4,50%)
Maiores baixas: Ambev ON (-3,59%), Carrefour ON (-2,54%), GOL PN (-1,83%)

S&P 500 (Nova York): 1,19%
Dow Jones (Nova York): 0,52%
Nasdaq (Nova York): 1,64%
CAC 40 (Paris): -0,03%
Dax 30 (Frankfurt): 0,32%
Financial 100 (Londres): -0,02%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,37%
Hang Seng (Hong Kong): -0,49%
Shanghai Composite (Xangai): 0,11%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,75%

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa.
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 19:02:45

Negócios

Vale diz que 'efeito Covid' aumentou vendas de minério para a China

A Vale creditou o aumento nos lucros -que superaram R$ 15 bilhões no terceiro trimestre- ao crescimento na demanda chinesa, que exerceu forte influência sobre as compras de minério de ferro durante a pandemia.

"A participação da venda para a China aumentou muito neste ano. É um efeito Covid", disse Marcello Spinelli, diretor executivo da Vale, durante teleconferência na manhã desta quinta (29) com analistas.

Segundo a empresa, a participação da China nas vendas de minério de ferro da Vale subiu de 57% para quase 70% desde 2017.

A Vale registrou lucro líquido de R$ 15,6 bilhões no terceiro trimestre de 2020, mais que o dobro dos R$ 6,5 bilhões registrados no mesmo período do ano passado. O melhor resultado aconteceu principalmente pelo aumento de 26% dos preços realizados de minério de ferro e pela alta de 20% no volume de vendas no período.

A mineradora já havia registrado lucro de R$ 5,3 bilhões no segundo trimestre de 2020, com efeitos positivos da retomada da demanda chinesa. Mesmo com a pandemia do novo coronavírus, a empresa fechou o primeiro semestre com lucro acumulado de R$ 6,2 bilhões.

A Vale afirmou ainda que conseguiu aumentar a produção neste ano, depois de vê-la cair a níveis mínimos em 2019, após a ruptura da barragem de Brumadinho, em janeiro de 2019. O acidente levou ao aumento nas restrições para a operação de barragens de rejeito de minério no país.

Dessa forma, com a retomada da produção, as vendas para a China tiveram um boom, influenciadas pela retomada econômica pós-pandemia no país asiático.

"Depois de Brumadinho, o desafio foi manter nosso cliente chinês abastecido, e tivemos um uso do nosso estoque operacional", disse Spinelli.

"Estamos nos tornando uma empresa mais segura e fazendo tudo o que puder para garantir a segurança das pessoas", afirmou o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo. "Neste trimestre alcançamos um marco importante na estabilização da nossa produção, com o recorde histórico de produção no Sistema Norte", disse. Diego Garcia/Folhapress

Por que está faltando carro no mercado brasileiro em meio à pandemia

Mesmo com a queda drástica das vendas de veículos e o consequente aumento da ociosidade das montadoras em meio à pandemia, o consumidor vem notando a falta de algumas versões de modelos de grande volume no mercado brasileiro. Muito além do aumento súbito da demanda dos fornecedores, que não estão conseguindo dar conta dos pedidos devido à crise econômica, o problema mostra novamente a fragilidade dos elos da cadeia automotiva no país.

Principalmente as versões de modelos compactos de entrada estão em falta em algumas praças do mercado.

Com a pandemia, muitos fornecedores decidiram reduzir — ou até zerar — os estoques de peças diante da falta de horizonte de retomada do mercado. No entanto, com o aumento súbito e inesperado das vendas, hoje as montadoras enfrentam gargalos para manter os níveis de produção.

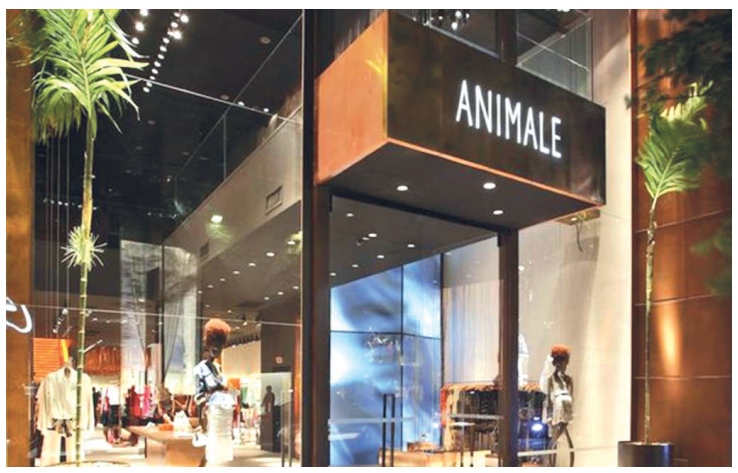
Luiz Carlos Moraes, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), afirma que as montadoras vêm avaliando constantemente qual é a nova demanda do mercado em meio à pandemia.

Segundo o dirigente, o mix de produtos precisou ser modificado para atender às novas necessidades do consumidor. Comerciais leves como picapes tiveram um aumento das vendas, voltadas para o agronegócio, assim como veículos pesados para o setor de commodities agrícolas.

"Essa leitura mais assertiva do mix de produtos é importante, uma vez que as empresas do setor não vão trabalhar com tanto estoque", diz Moraes. Nos modelos de maior volume, porém, isso acaba afetando as entregas ao redor do país.

Exame

Soma vs. Arezzo: aquisição mostra que dona da Animale está no jogo



O Grupo Soma, dono das marcas de moda Farm e Animale, anunciou ontem a compra da marca NV, fundada pela influenciadora Nati Vozza. A transação tem valor estimado em nada menos que 210 milhões de reais e vem para apimentar o momento do mercado de moda. Na semana passada, a companhia de calçados Arezzo havia acertado a compra do grupo Reserva. Em comum, ambas as empresas têm apetite para mais aquisições, em um setor sedento por boas notícias.

O setor de vestuário foi duramente afetado pela pandemia do novo coronavírus. Em casa, os consumidores, demoraram a querer abrir o bolso para comprar roupas ou sapatos. Se o faturamento sofreu por um lado, por outro gerou oportunidades para empresas maiores e capitalizadas irem às compras.

Após comprar a Reserva, a Arezzo já deixou claro que quer ir além, ampliando um conceito batizado de "house of brands", ou "conjunto de marcas". "A ideia da house of brands não é apenas trazer novas marcas, mas também soluções e tecnologias novas", disse o presidente da Arezzo Alexandre Birman, após a aquisição.

A investidores, o Grupo Soma também deixou claro que o apetite por aquisições continua. O presidente da companhia, Roberto Jatahy afirmou que a companhia negocia pelo menos mais duas compras: a de uma grife voltada para o segmento fitness e a de uma marca de moda feminina com preço médio superior aos praticados pela Farm, mas inferior aos da Animale.

A seu favor, o Grupo Soma tem a experiência de incorporações bem-sucedidas. A estratégia usada até aqui foi manter o fundador e a direção de arte das adquiridas, tornando mais fácil sustentar o "espírito da marca", enquanto economiza ao unificar a parte administrativa e tecnológica.

Exame

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 29 de outubro de 2020 19:03:06